

UM OCO DENTRO DO OCO DENTRO DO OCO: DUAS SUGESTÕES PARA A INTERPRETAÇÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO A PARTIR DA CRÍTICA DIALÉTICA DE ROBERTO SCHWARZ

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i41p228-245>

Manoel Dourado Bastos

RESUMO

O artigo propõe uma análise da Indústria Cultural na periferia do capitalismo, utilizando a crítica dialética de Roberto Schwarz, a partir de duas sugestões. Na primeira, o texto foca na concepção de "ideologia de segundo grau" de Schwarz, que postula que as ideias liberais no Brasil funcionam como um "verniz social" em vez de justificação da realidade. No contexto escravocrata, as ideologias não descrevem a realidade, mas servem aos caprichos do senhorio e ao agradecimento do favorecido. Com essa perspectiva, entende-se que Schwarz apresenta uma crítica dialética *negativa*. Estendendo essa perspectiva, o artigo argumenta que a Indústria Cultural no Brasil opera de forma análoga. Ela não mascara antagonismos de classe ou incompatibilidades, mas serve como lastro para as relações sociais do favor e da dependência. Essa configuração transcende a mera falsidade das ideias, expondo uma realidade em que a massificação e o consumo suntuário contraditoriamente coexistem e a brutalidade das condições

PALAVRAS-CHAVES: Crítica dialética negativa; Ideologia de segundo grau; Indústria Cultural; Roberto Schwarz

salariais rebaixadas é agradecida como uma libertação.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the Cultural Industry in the periphery of capitalism, employing Roberto Schwarz's dialectical critique, based on two suggestions. Firstly, the text focuses on Schwarz's concept of "second-degree ideology," which posits that liberal ideas in Brazil function as a "social veneer" rather than a justification of reality. In the slave-owning context, ideologies do not describe reality but serve the whims of the masters and the gratitude of the favored. From this perspective, Schwarz presents a negative dialectical critique. Extending this perspective, the article argues that the Cultural Industry in Brazil operates analogously. It does not mask class antagonisms or incompatibilities but serves as a foundation for social relations of favor and dependence. This configuration transcends the mere falsity of ideas, exposing a reality where massification and sumptuous consumption contradictorily coexist, and the brutality of lowered wage conditions is met with gratitude as a liberation.

KEYWORDS: Negative dialectical critique; Second-degree ideology; Cultural Industry; Roberto Schwarz

Apresentação

O

que se apresenta a seguir, a partir do campo de estudos da Comunicação, é um pequeno exercício de leitura das dinâmicas próprias à Indústria Cultural em país periférico, a partir da obra de Roberto Schwarz. Em princípio, não há aí nenhuma novidade, visto que Schwarz foi relativamente lido na Comunicação, principalmente por ter se dedicado a debater, no calor da hora, a fatura estética do tropicalismo naqueles momentos em que a hegemonia cultural de esquerda havia enfim sucumbido à violência dos desmandos de generais. Como a Comunicação foi um espaço privilegiado de debate sobre a canção, exatamente por ela ser um produto complexo da Indústria Cultural, a leitura de “Cultura e Política, 1964-1969: Alguns Esquemas” (Schwarz, 1992b) sempre foi uma passagem disponível neste campo. Contudo, resta a impressão de que mesmo aí seus fundamentos críticos foram pouco ou mal aproveitados. Isso porque a crítica dialética que Schwarz elaborou principalmente para o estudo da literatura machadiana não só apresenta dificuldades a serem enfrentadas quando o assunto é um objeto estético que brota no seio da Indústria Cultural, mas principalmente porque as contradições nacionais continuam gerando um conjunto impressionante de mal-entendidos diante da interpretação fundada na categoria de “ideias fora de lugar”.

Propomos, nesse sentido, um esquema de configuração conceitual da Indústria Cultural na periferia do capitalismo a partir da chave dialética proposta por Schwarz para a avaliação crítica da comédia ideológica brasileira. Faremos isso em dois

movimentos. Num primeiro, já corrente da leitura de Schwarz, reforçamos o caráter de negatividade imanente da crítica dialética que ele propõe com o conceito de ideologia de segundo grau. No segundo, dando um passo adiante, propomos que a Indústria Cultural no Brasil pode ser lida com essa chave em que a ideologia deixa de ser justificação e passa a ser verniz social.

Numa época em que a assertiva de Jameson em torno da cultura como lógica do capitalismo tardio ganhou ainda mais peso, com, por exemplo, as plataformas digitais promovendo a mediação do trabalho e eludindo as características próprias dos direitos, parece urgente perceber como a configuração da Indústria Cultural no Brasil se deu conforme uma exacerbação do modelo clássico. Aí também Schwarz se mostra um mestre.

A negatividade da crítica dialética de Schwarz

O princípio argumentativo postulado por Roberto Schwarz (1992a) em “As ideias fora do lugar” a respeito da “ideologia de segundo grau” desconcerta o pensamento assentado nos clássicos princípios marxistas que, sem nenhum engano, continuam presidindo a exposição do crítico literário, ainda que de outro modo. Em Schwarz, o deslocamento do eixo de análise, que já não obedece sem mais à interpretação baseada na noção de “falsa consciência”, além de posicionar o balanço das contradições de classes segundo outros pesos, reconfigura o próprio caráter ilusório das ideias frente a concretude da exploração do trabalho e a consequente violência do terreno não muito oculto da produção que, assim, sem deixar de ser o fundamento da dinâmica social, é distorcido de maneira diversa. Erro do crítico ou confusão objetiva? Visto que continuava se tratando de crítica da ideologia, persistia em Schwarz o cuidado para não se confundir com as aparências liberais, buscando assim suas razões sem se satisfazer com o desencontro óbvio entre seu valor de face e as bases produtivas escravistas. A dimensão brasileira da experiência estudada demandava uma observação atenta, criteriosa, a partir da qual a crítica pode alcançar a totalidade. Como era de se esperar de um crítico dialético, o problema estava em investigar a *dimensão socialmente necessária das ideologias em sua especificidade nacional*, cuja objetividade não era simples de captar.

A armação do problema é engenhosa. A fim de estudar a obra complexa, moderna, nacional e negativa de Machado de Assis, Schwarz antepõe o famoso ensaio, que inicia elencando um conjunto de desacertos propiciados às ideologias por sua profusão na ordem escravocrata. Começa ironicamente, não por acaso, referindo-se à argumentação de um panfleto liberal do século XIX que, ao classificar a escravidão no Brasil como uma dimensão moral, nos punha fora do sistema científico da economia política, dado que o trabalho livre é seu princípio fundante. Ao repassar vários desses disparates, Schwarz reconhece o encaixe de nossa dinâmica social, baseada na exploração do trabalho escravo como sua participação original no mercado mundial, o que tornava mais ou menos inevitável a presença dos ideais burgueses do lucro e da liberdade política, ainda que o terreno não fosse exatamente condizente — *ou só fosse condizente de uma maneira diversa*. Nesse caso marcadamente brasileiro, o exercício clássico da crítica da ideologia parecia correr pela trilha do desmentido recorrente da impropriedade que se põe na relação entre dinâmica escravocrata e ideologias liberais, de onde o sistema de ideias que fundamenta o pensamento nacional se apresentaria como uma falsa consciência por mera incompatibilidade, sobre a qual, porém, mal teríamos como saber de sua necessidade social. As ideias liberais restavam imediatamente falsas diante da escravidão, o que era bastante coisa, mas não o suficiente para reconhecer seu funcionamento. Como se sabe, uma das maneiras de lidar com a questão era afirmar que, a rigor, o Brasil era insuficientemente capitalista, de modo que os princípios burgueses não podiam ser aplicados por aqui. Contudo, eles largamente o foram. Como explicar a situação?

Escolados numa leitura razoável de Marx, sabemos como indicar as contradições entre a aparência da ação volitiva da venda da força de trabalho e sua exploração no terreno oculto da produção, onde impera a violência do poder hierárquico do capitalista. O sujeito da troca da circulação simples de mercadorias também é o trabalhador que vende sua força de trabalho a fim de ser explorado pelo capitalista que produtivamente consome a mercadoria adquirida. Diante disso, para a crítica clássica da ideologia trata-se de desmascarar a falsidade das ideias de liberdade, igualdade e justiça frente à violenta realidade da exploração do trabalho. Para esse tipo de avaliação, as ideias liberais são falsas porque não correspondem à realidade, servindo, pelo contrário, para mascará-la. Ao passar para a avaliação do

Brasil do século XIX, a perspectiva clássica da crítica da ideologia teria assim algo de seu serviço facilitado, visto que, diante da evidente falta de correspondência com a escravidão, as ideias liberais saem imediatamente desmentidas. Mas, o que há para desvelar aí? Num país escravocrata obviamente incompatível com os princípios liberais, a que servem as marchas das ideologias? O exercício clássico de crítica da ideologia, que se dá sem muito esforço interpretativo, condiz perfeitamente com a expectativa daqueles que pretendem reconhecer a falsidade das ideias por sua desconexão com a realidade, desvendando, porém, muito pouco de nossa comédia ideológica. Contudo, mesmo sem encontrar seus motivos, a crítica da ideologia ao menos indica que ela tem alguma razão de ser, devendo buscar seus encaixes em outras articulações.

Não é estranho, estando em solo estritamente marxista, observar a questão como um desdobramento do problema que se mostra originalmente nas determinações do referente, ou seja, nas incompatibilidades mais basilares entre capitalismo e escravidão. Decerto um *leitmotiv* dos mais decisivos do pensamento social brasileiro, os problemas concretos das descontinuidades entre o modo de produção capitalista e a exploração do trabalho escravo que, contudo, teimavam em se apresentar em conjunto, geraram soluções teóricas variadamente criativas. Desde o anacronismo da classificação do Brasil como uma sociedade feudal, a ser devidamente superada com a consequente revolução burguesa, até a designação de um modo de produção singular, que mantém o país curiosamente gravitando em torno de seu próprio eixo, nossa empenhada imaginação social elaborou percepções sobre o enigma que se punha inexoravelmente diante dos olhos do intelectual brasileiro que, sem conseguir resolver a persistente conjunção de partes que, em tese, não se combinam, tentava a qualquer custo estar em dia com a capacidade teórica que dele se exigia. Até que nossa tradição crítica esbarrou na solução da dualidade, deixando falar uma realidade que se compunha superando a imiscibilidade de suas partes fundamentais, sem com isso dissolvê-los um no outro sem mais. Da justaposição das partes até a descrição da formação social como uma cisão intrínseca, o princípio argumentativo da dualidade equilibrou compreensões da unidade de contrários que, pelo menos, não ignoravam a configuração mais obviamente visível do país.

Se no plano do referente capitalismo e escravidão se entroncavam, o mesmo não se pode dizer nos esforços de avaliação de nossa comédia ideológica. A observação do mundo das ideias e suas razões de ser ficava ainda naquele meio passo desconcertante da perspectiva que lida com os constituintes dos fundamentos sociais tal opostos que convivem sem se saber como. Mesmo quando os ingredientes marxistas foram devidamente decantados de maneira a expor o arcaísmo da escravidão colonial como a nossa forma de ser na modernidade capitalista, que assim saía repensada em termos ainda mais amplos, eles foram insuficientes para entender esta mesma operação dialética no vai-e-vem das ideias. Restava a percepção de que, mesmo encontrando a unidade contraditória entre capitalismo e escravidão, as ideias liberais burguesas eram apenas impróprias, sem capacidade cognitiva alguma. É verdade que a operação de crítica clássica da ideologia no contexto nacional, postulando seus resultados conclusivos dada a incompatibilidade imediata entre os pares antitéticos, não buscava tão-somente positivar o momento nacional em desagravo à natureza importada das ideias liberais. Se não fiava uma perspectiva exatamente elogiosa da singularidade nacional, criava-se um distanciamento com relação ao universal, que simplesmente não nos caberia, exigindo adjetivar a experiência brasileira conforme um destaque que a isola. O universal é falso apenas porque não nos diz respeito e aquilo que nos diz respeito, ao fim, precisa ser positivado como o fundamento da observação crítica. Com isso, fragmenta-se os planos de análise a tal ponto que o capítulo nacional é mais um dentre outros e pouco ou quase nada fala do mundo.

É verdade que a limitação argumentativa clássica não se restringe ao crítico brasileiro da ideologia, de maneira que os desacertos deste também explicam, de quebra, os problemas daquela. Para fins expositivos dos limites gerais, já encaixando problemas sobre os quais nos deteremos logo a seguir, podemos flagrar uma expressão do que estamos indicando como os limites da crítica clássica da ideologia, não por acaso, nas posições de Max Horkheimer que precedem a formulação da *Dialética do Esclarecimento*, obra em que elaborou uma chave dialética de interpretação da sociedade moderna em parceria com Theodor Adorno — culminando na formulação original do conceito de Indústria Cultural e no antisemitismo como seu par de realizações históricas da razão ocidental (Adorno;

Horkheimer, 2012). Conforme Susan Buck-Morss (1979), para Horkheimer as concepções burguesas encontrariam um desmentido na realidade, entendida como o externo distorcido pelas ideias. Isso é a crítica clássica da ideologia: ainda que haja correspondência na aparência, as ideias se mostram como falsas porque, na essência, não condizem com a realidade. Essa divergência entre ideia e realidade, por sua vez, gera uma falsa consciência. A falsidade se dá porque a ideologia sugere que os ideais burgueses estão devidamente concretizados na realidade. Mais enfaticamente, a violência fundamental da produção capitalista é distorcida pela assertiva de que as ideias burguesas de liberdade e igualdade estão ali realizadas. Nos termos de Buck-Morss, posteriormente muito bem elaborados por Caux (2021), vê-se em Horkheimer a perspectiva em que os ideais de igualdade, liberdade e justiça são alçados a um princípio normativo, perseguidos como um metro ao qual a realidade deveria atingir (não me contento em lembrar: Habermas se sentiria bem em casa aqui). Se as ideias promovem uma distorção porque supõem-se que elas já foram atingidas pela realidade, para o crítico, pelo contrário, elas existem apenas como um ideal. Assim, a crítica se pretende uma revelação, a iluminação da exploração no terreno oculto da produção, com o que reconhece o hiato entre a realidade e as ideias que a justificam, passando a buscar a realização efetiva delas.

Talvez, nesse sentido, seja o caso de dizer que a crítica clássica da ideologia se mostra capaz de reconhecer a correspondência distorcida entre ideia e realidade, mas perde neste passo suas razões objetivas. Assim, não consegue ir além de um questionamento moral da absurda dinâmica violenta do terreno oculto da produção, incapaz de dizer que ideias como liberdade, igualdade e justiça, próprias à autonomia dos sujeitos de direito que se encontram para intercambiar mercadorias segundo sua própria vontade, são formas necessárias das relações sociais da exploração do trabalho e autovalorização do valor e, por isso mesmo, falsas em si mesmas como partes constitutivas do real. Atravessando o Atlântico e aportando no Brasil, aquela exposição do hiato imediato entre os ideais burgueses e a realidade da produção, baseada na escravidão de negras e negros, revela, de fato, as fragilidades da própria crítica clássica da ideologia. Por isso a assertiva de Schwarz (1992a, p. 15-6) se apresenta em muitos pontos como uma desconcertante enormidade para o espírito marxista treinado na crítica clássica da ideologia: “Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era

diversa". Como uma crítica marxista da ideologia pode descuidar na relação de produção fundamental o eixo das formas ideológicas? O afoito desta desconfiança frete ao argumento de Schwarz, por mais que se se dê a partir de uma boa vontade crítica, não é capaz de perceber que, indo com tanta sede ao pote, perde exatamente o modo como a relação produtiva fundamental é justificada não por uma distorção ideológica imediata, mas pela configuração da totalidade social, num festival de desmentidos a partir do qual não sobra pedra sobre pedra — a não ser, claro, a persistência do feliz proprietário e seus desmandos, visando a obtenção incessante de lucros e sua permanência no topo da pirâmide social.

Como captar o fato de que, a despeito da incompatibilidade, os princípios burgueses tiveram uma efetividade ideológica na periferia do capitalismo? A visada que Schwarz ofereceu para isso é negativa, muito bem ancorada numa crítica dialética cujo objeto é o sistema literário brasileiro e seu apogeu pelo avesso, como se sabe. A partir da interpretação da obra de Machado de Assis, verificou o grau de complexidade das formas sociais em contexto periférico e lhe deu uma figura ao encontrar a chave na própria fechadura e a girar. Nos vai-e-vens da participação brasileira do sistema mundial produtor de mercadorias, a totalidade social do país se organizou conforme um conjunto de relações não só entre proprietários e escravos, mas também uma imensa parte de sujeitos formalmente livres, contudo dependentes. Justamente naquele diapasão de escravidão e ideias liberais como opostos que não ornam, cujo referente é a unidade de contrários do capitalismo com exploração do trabalho escravo, temos que a relação produtiva primordial mantém sua coesão porque o plano das ideias é presidido pela mediação social própria entre proprietários e sujeitos livres e dependentes, ou seja, *a prática do favor*. A concepção de que o mundo das ideias corria entre proprietários e sujeitos livres e dependentes é no mínimo controversa, replicando a figura do escravo-coisa que, obviamente, recusamos em sua unidimensionalidade. Mas, para a finalidade do argumento geral que estamos sugerindo, reconhecer o favor como "nossa mediação quase universal" é o ponto da avaliação de Schwarz que viabiliza a perspectiva de uma dialética negativa desentranhada da experiência nacional e com isso vamos seguir.

É por aí que Schwarz reconhece a natureza "nominalmente 'objetiva'" das ideias europeias servindo de justificação para o arbítrio próprio ao favor. O verdadeiro vazio do liberalismo se mostra exatamente quando passa a penhorar os

caprichos do senhorio e o agradecimento do favorecido, com o que a justificação, enfim, se mostra apenas um verniz social. “Nesse contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria — por isso as chamamos de segundo grau”, afirma Schwarz (1992a, p. 17), que continua: “Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema”. Com isso, a engrenagem social e sua camada ideológica ganham plena figura, ao levarmos em consideração as relações aí interpostas. O proprietário visa o lucro, mas a exploração do trabalho evita o assalariamento e põe a escravidão, ao mesmo tempo que não estabelece relação mercantil alguma com o sujeito livre e dependente, que reconhece na vida ideológica do liberalismo alçado a capricho a saída para qualquer hipótese de solavanco econômico que o rebaixe na estratificação social. Com isso, o horror da escravidão imperante no nosso terreno não tão oculto da produção também foi incorporado na comédia ideológica nacional conforme o tom que o envernizado pedisse. A negatividade que a crítica aí encontra está justamente no fato de que o liberalismo deixa de ser falso porque não se realizou e disfarça antagonismos de classe ou porque é fundamentalmente incompatível com a escravidão, mas porque serve abertamente como lastro para as relações sociais da prática do favor. Ao ser devidamente incorporado por aquilo que devia desmentir, as ideias liberais mostram, em negativo, o que efetivamente são.

Cabe então destacar que a operação dialética que a crítica de Schwarz encontra em Machado de Assis é absolutamente condizente com aquilo que Caux (2021) apresentou como a perspectiva de crítica dialética negativa em Adorno. Já Paulo Eduardo Arantes (1992) esmiuçou até o pormenor que a força crítica do pensamento de Schwarz se encontra no caráter negativo de sua visada dialética, organizada conforme a capacidade de acompanhar o movimento da própria experiência brasileira — a ponto de Bento Prado Jr. (2021, p. 135) sugerir que “para Paulo Arantes já éramos adornianos antes de Adorno”. Essa filiação seria óbvia se não fosse mais complexa do que o já complexo passo da crítica imanente como a abordagem do objeto literário, a “forma como conteúdo social sedimentado” que, a rigor, Schwarz aprendeu sobretudo com Antonio Cândido. Como este também reconheceu o peso dialético da matéria nacional, para o que ofereceu uma visada negativa. Sem querer recair numa pachecada, a operação de Schwarz ganha em

complexidade porque o plano de abstração em que a experiência brasileira está necessariamente ancorada no mercado mundial, enquanto toda a força crítica de Adorno podia sem mais virar as costas para o mundo. Talvez seja o caso de apresentar, conforme os achados de Schwarz até aqui indicados, uma tentativa de exposição da caminhada que a ideologia deu, nos termos de Adorno, até se materializar como Indústria Cultural.

A Indústria Cultural como ideologia de segundo grau

Em meados dos anos 1950, recém retornados à Alemanha após o exílio, Adorno e Horkheimer buscaram reorganizar sua presença na vida acadêmica alemã, o que resultou, dentre outras coisas, num pequeno livro didático que consiste na reunião de diferentes apresentações radiofônicas, preparativos para aulas e resultados parciais de pesquisa. Como era de se esperar, além de um compêndio voltado para a atividade universitária, o livro era também um diagnóstico de época. Por exemplo, o último capítulo desses excursos sociológicos, dedicado a discutir o conceito de ideologia, traz não só um comprehensivo apanhado teórico de seu objeto, mas uma acurada avaliação de sua atualidade frente ao contexto fascista. Segundo eles, as transformações sociais desdobradas da crise do capitalismo liberal e da guerra geraram um fenômeno curioso, um processo difícil de apreender, visto que “(...) a ideologia e a realidade correm uma para a outra; porque a realidade dada, à falta de outra ideologia mais convincente, converte-se em ideologia de si mesma (...)” (Adorno; Horkheimer, 1978). Para os olhos dos pensadores alemães, que encontraram as íntimas ligações entre as botas de Hitler e os rádios valvulados, a progressiva perda da autonomia relativa da cultura e sua conversão em mera máquina de propaganda destituíram a ideologia daquela diferenciação com a realidade que, se servia para a justificação das iniquidades, valia também para buscar o verdadeiro que dialeticamente se encontra no falso.

Não é por acaso que, em meados dos anos 1940, os autores fizeram convergir sua análise de longuíssima duração — que remontava o problema do Esclarecimento aos tempos da epopeia grega — ao binômio do antisemitismo e da Indústria Cultural. Finda a 2^a Guerra Mundial, compreendendo que o fascismo passou a operar por outros meios, continuaram encontrando na Indústria Cultural a perpetuação de uma

formação social que parece não deixar aberta a mínima fissura para o não idêntico. É como se observassem a marcha de uma subsunção total da cultura à economia, de maneira que aquilo que não se reduz ao atendimento das necessidades passa a entrar no torvelinho da máquina de fazer dinheiro se tornar mais dinheiro. E é aqui que essa sociedade achada mostra suas pequeníssimas ranhuras e rugosidades. É verdade que o *hitmaker*, diante do qual o sujeito musical e filosoficamente instruído pela grandiloquente tradição germânica empaca estupefato, encaminha sua produção conforme uma avaliação do uso de técnicas e resultados de mais sucesso. Porém, Adorno indicou mais de uma vez em seus estudos sobre a *popular song* e o *jazz*, contra os quais dedicou boa dose de má vontade e muito de sua curiosidade bastante intrigada, que o compositor, o instrumentista, o cantor, em uma palavra, o musicista que elaborava o resultado artístico a ser em seguida empacotado e posto na prateleira mantinha algo da artesania em sua atividade, dificilmente reduzida a um *quantum* passível de equivalência. Ou seja, o trabalho do artista, mesmo na Indústria Cultural, ainda carrega um pequeníssimo quê de livre.

Era na outra ponta, contudo, que a abstração se impunha de maneira mais marcante. Isto porque a Indústria Cultural, nos termos pelos quais Adorno e Horkheimer a conceituaram, basicamente operava uma dinâmica que perpetuava a alienação do trabalho para além do momento da fábrica. Se o tempo de trabalho se tornou aquele momento em que o resultado da atividade do trabalhador não lhe pertence, exatamente porque sua própria ação já não lhe diz respeito, a Indústria Cultural encaminhou um tempo livre devidamente separado para que perpetuasse ali também um ambiente em que a ação do trabalhador já não lhe diz respeito. Esgotado pela exploração no terreno oculto da produção, o trabalhador repõe sua força de trabalho esgotando suas possibilidades criativas. Ao fim, extrapolando a elaboração original de César Bolaño (2000), podemos sugerir que tais possibilidades criativas se reduzem a necessidades simbólicas que, verdadeira ou falsamente satisfeitas pela Indústria Cultural, tornam-se meios para que os capitais individuais, em busca de manterem a circulação das mercadorias, consigam persuadir o público de que os produtos à venda contemplam seus imperativos categóricos de consumo criados naquele momento mesmo. De um jeito ou de outro, baixando a fervura ferina da avaliação frankfurtiana, os dourados anos de capitalismo democrático e bem-estar

social entregaram por meio da Indústria Cultural a promessa do trabalhador assalariado como consumidor e cidadão.

Na periferia do capitalismo, a necessidade de avaliar a Indústria Cultural sempre coloca o crítico em maus lençóis. Naquele momento em que o espírito de “agora vai” tomou conta do pensamento nacional, ali pelo fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, um intelectual interessado nem podia se colocar as complexas questões que moviam os frankfurtianos, nem tanto pela euforia de vislumbrar uma modernização possível, mas pela convicção corrente de que as dimensões nacionais ainda não haviam alcançado os esplendores do capital, o que nos garantia que, com um pouco de criatividade que a alma brasileira nos dá, driblaríamos duas mazelas de uma vez só, a do atraso e a da modernidade. João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (2009) retiveram o momento, inclusive genialmente mimetizando o tom de época, em que capitalismo tardio e sociabilidade moderna apontavam o norte da superação do atraso numa só tacada. A ditadura veio desmentir a utopia (não custa insistir, de fato amparada por uma contraditória realidade) na base da pancada. Como ficamos? As botinas dos generais deram os motivos para que uma avaliação da Indústria Cultural seguisse sua conceituação conforme uma modernização conservadora, nem tanto por aquilo que não podia cumprir, mas por ser reconhecida como uma arma ideológica do regime autoritário instalado pelo golpe de 1964. Porém, como nos lembram Schwarz (1992b) e Iná Camargo Costa (2009), após o período de relativa hegemonia cultural de esquerda que curiosamente sobreveio ao golpe, parte dos intelectuais e artistas de esquerda precisaram buscar a Indústria Cultural como um refúgio.

É de causar desconforto, quanto mais porque o próprio Antonio Cândido (1987) nos lembra que, naqueles tempos de consciência do subdesenvolvimento, o povo brasileiro como que passou de um ambiente de tradição oral para o contexto da televisão sem escalas, mas é absolutamente possível contar a história do desejo dos brasileiros em ter uma Indústria Cultural. Em *Mercado Brasileiro de Televisão*, César Bolaño (2004) apresenta no detalhe a história econômica da televisão brasileira a partir da consolidação da Rede Globo como a empresa monopolista, adotando estratégias variadas de barreira à entrada a fim de evitar que outra emissora viesse a ameaçar sua liderança na audiência. Não contém nada da promessa que a formação de um sistema literário apresentava, mas mesmo assim pode ser repassada como um

longo processo em que a adoção de técnicas modernas responde a conteúdos culturais e sociais brasileiros, postulando a configuração de uma rede nacional de transmissão televisiva, do que a escala de Brasil sai bastante alargada, se comparado ao tamanho mais ou menos fluminense do ambiente em que os literatos foram acclimatando o romance por aqui. Uma portentosa marcha radiodifusora para o Oeste (e para o Nordeste, Norte e Sul), a fim de dotar o país de uma ossatura adequada com o tempo, uma infraestrutura patrocinada pelo estado autoritário e pelos investimentos estrangeiros, levando novela, telejornal, jogo de futebol, programa de auditório, filmes e desenho animado para um conjunto crescente de cidades brasileiras. O teor de produção nacional de parte relevante deste conjunto é digno de nota, suturando a dialética do local e do cosmopolita numa tela de 20 polegadas.

O propósito disso tudo, conforme Maria Arminda do Nascimento Arruda (1985) reconheceu relendo os frankfurtianos numa chave bastante sofisticada, era a publicidade, o elo entre Indústria Cultural e capitalismo tardio. Remetendo aos trabalhos de Maria da Conceição Tavares (1971), Arruda (1985) escrutina acuradamente a dimensão nacional do problema, contrastando com aquela argumentação clássica de Adorno e Horkheimer (2012) que vimos acima. Como pensar a massificação do consumo promovida pela publicidade se o trabalhador recebe no Brasil salários baixíssimos, constrangendo enormemente aquele pedaço do segundo departamento da produção capitalista que se dedica a oferecer mercadorias para a recomposição da força de trabalho? Uma primeira aproximação seria a de postular que, ao fim, a criação de todo um setor econômico da monta que se constituiu no Brasil atende tão-somente a manutenção do consumo suntuário das camadas capitalistas e médias altas do país. É como se houvessem lapidado um grande conjunto de tecnologia e trabalho que responde a uma significativa acumulação de capital para, aos moldes do modelo clássico, persuadir os ricos entre si a consumir os produtos de nossa industrialização tardia, como um compromisso com as resultantes do processo de substituição de importações, a contribuição empenhada com o desenvolvimento nacional.

Sem ser de todo um equívoco, esse argumento não responde ao problema. Se é verdade que a publicidade constitui o elo entre Indústria Cultural e capitalismo monopolista, Bolaño (2004) nos lembra que essa assertiva não explica como funciona a televisão, o ponto mais avançado do fenômeno originalmente analisado pelos

frankfurtianos, quando o que existia era rádio e cinema. Cada passo da Rede Globo para se manter no topo da concorrência entre as emissoras de televisão, da configuração de uma rede nacional até a adoção de padrões estéticos, com programação esquematizada e produção condizente, deve ser acompanhado para uma compreensão mais condizente da Indústria Cultural em um país periférico. A passagem de uma grade de conteúdos recheada de programação dita popularesca para o assim chamado “Padrão Globo de Qualidade” responde à consolidação de capital investido no setor para atender às demandas de consumo suntuário das camadas proprietárias, conforme o atributo da estratificação social do Brasil, mas a formação de uma rede nacional e a constante adoção de parâmetros culturais abrangentes que eliminem rompantes concorrenciais de outras emissoras correspondem aos impulsos próprios do modelo clássico da Indústria Cultural, cujo metro é a massificação e que nos chegou pela entrada imperialista de capital estrangeiro. Um não vai sem o outro e cria uma situação peculiar, visto que o grosso do capital investido obtém retornos do consumo dos capitalistas e não da massificação, que, por sua vez, persiste porque necessariamente segue o modelo importado, gerando uma escala nacional bastante amplificada e com forte referência popular.

Não sei se exagero em reconhecer aí uma figura de nossa dualidade característica, mas entendo que sugerir a ajuda a compreender os truques que as ideologias vão dando na periferia do capitalismo. A cisão no ciclo de reprodução do capital, para usar os termos de Ruy Mauro Marini (2022, 2025), em que a estrutura produtiva não responde às necessidades das massas, mas ao consumo suntuário de capitalistas e camadas médias altas, repõe as dinâmicas ideológicas de maneira bastante reveladora naquela era de ascensão da Indústria Cultural. É como se a fantasia ideológica não se originasse do fundamento da estrutura produtiva (a saber, o rebaixamento forçado dos salários, seja entendido como superexploração da força de trabalho ou qualquer outra interpretação que se deu para isso), ainda que a ele respondesse, de maneira enviesada. Uma impressionante interversão, com a qual a continuidade da alienação do tempo de trabalho se apresenta, por fim, como o espaço de deleite das classes proprietárias. Um conjunto cultural significativo que não justificativa mais nada (também, como encontrar razão comprehensível de incorporar a exploração do trabalho que, para a obtenção regular de lucros, não satisfaz nem as

necessidades de consumo para reprodução da força de trabalho?), mas coloca a todos num espaço infernal de reconhecimento.

Quer dizer, a Indústria Cultural, no Brasil, deve muito bem ser entendida como uma ideologia de segundo grau, aos moldes propostos por Roberto Schwarz. Para além de ser um mecanismo garantidor do consumo suntuário e um instrumento de massificação das classes trabalhadoras, a Indústria Cultural no Brasil pode ser compreendida conforme seu papel ideológico de verniz social. Uma sede de nomeada adaptada aos satélites da Embratel, que amplifica fama e glamour do colunismo social para os endinheirados se apreciarem na tela da TV, ou ainda uma retribuição das classes populares, que apresentam suas belas canções conforme o sistema de cores exclusivamente brasileiro para a fruição dos ricos proprietários que lhes garantiram mais esse momento nobre. Um padrão tecnoestético de qualidade que serve não para atrair atenção, mas para oferecer a sensação de que estamos nos mesmos moldes dos países centrais. Uma programação que não busca escamotear o mecanismo da mais-valia, expandindo para o tempo livre a alienação do tempo de trabalho, mas uma demonstração nua e crua de que o brutal rebaixamento das condições salariais no Brasil deve ser recebido com a gratidão de que foi retirado do horror da escravização colonial. Se já o achamento da realidade tornada ideologia de si mesmo, ao se pôr a Indústria Cultural como um setor econômico responsável pelo mundo das ideias, não procurava enganar ninguém, tampouco era o caso de sua condição redobrada ou exasperada na periferia do capitalismo. Ninguém se engana com a televisão, que não oferece nenhuma promessa, mas põe todo mundo para ser espectador de sua própria realidade.

Assim, a ideologia sai duplamente desmentida. Entre condição periférica, Indústria Cultural e ideologia liberal, temos um oco dentro do oco dentro do oco. A negação dos ideais burgueses, tornados verniz ideológico da prática do favor imperante numa sociedade escravocrata, é mais uma vez negado ao reconfigurar o esclarecimento como iluminação das massas em artigo de luxo, em consumo suntuário em meio ao qual a massificação deve o agradecimento de não mais temer o açoite e o pelourinho — isso porque, claro, a todo momento eles estão efetivamente presentes na violência policial, na moradia precária, sem saneamento básico, na fome, no transporte público racista e um longo etcétera. O que parece impossível de surgir daí é um patamar de onde se organize, conforme a imanência, uma crítica dialética

negativa. Lá como cá, o achamento ideológico complicou a vida do crítico. Mas, quem sabe, também o deixe mais perto da perspectiva de que não é aí mesmo onde se encontrará a solução. O fim de linha exige uma posição que não se procure mais nenhuma brecha na ideologia de segundo grau.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. São Paulo: Zahar, 2012.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- BOLAÑO, César. *Mercado brasileiro de televisão*. 2a. ed. São Paulo: Educ, 2004.
- BOLAÑO, César. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BUCK-MORSS, Susan. *Origins of negative dialectics*. Nova Iorque: Free Press, 1979.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CAUX, Luiz Philipe de. *A imanência da crítica: Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana*. São Paulo: Loyola, 2021.
- COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARNI, Ruy Mauro. *Dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994)*. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- PRADO Jr., Bento. Posfácio. In: ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética*. São Paulo: Coleção Sentimento da Dialética, 2021. Disponível em:

<https://sentimentodadialetica.org/dialectica/catalog/view/87/119/269>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4a. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992a.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b.

TAVARES, Maria da Conceição. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Manoel Dourado Bastos é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus de Assis). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, onde coordena o Programa de Pós-graduação em Comunicação (2023-2027). Dentre suas publicações recentes, destacam-se os artigos “Materiais para uma reconstrução da dialética na Comunicação” (Revista Famecos, v. 32, n. 02, 2025) e, em parceria com Rafaela Martins de Souza e Willian Casagrande Fusaro, “Beemote Digital: a confusão entre propaganda e publicidade nas plataformas de redes digitais como expressão da crise imanente das formas sociais” (Revista Eco-Pós, v. 26, n. 02 2023).